

Artigo

Terceirização, um alerta à presidente Dilma

O Brasil tem hoje cerca de 43 milhões de pessoas empregadas. Deste total, mais de 11 milhões são trabalhadores terceirizados. Ou seja, um quarto de toda a mão de obra empregada, não contabilizando aí os informais, trabalha em regime precário no que diz respeito às suas condições de trabalho e aos seus direitos trabalhistas.

A terceirização, que ganhou força com a liberalização da economia nos anos 1990, foi uma das formas perversas encontradas pelas empresas para reduzir custos, penalizando os trabalhadores.

O quadro, que hoje já não é bom, e tende a se agravar, ganha um viés preocupante com a aprovação, em comissão especial da Câmara, do relatório do deputado Roberto Santiago (PSD-SP) ao Projeto de Lei nº 4.330, de 2004 – autoria do deputado Sandro Mabel (PR-GO). A regulamentação proposta para o dito “fenômeno da terceirização no Brasil” é a mais profunda e retrógrada reforma trabalhista que o mais empedernido liberal jamais imaginou.

Além do aprofundamento da precarização, não há no horizonte qualquer medida que traga para a formalidade o contingente de trabalhadores que está completamente à margem da lei. Perspectivas negativas indicam que, com o texto aprovado, dez milhões dos 32 milhões de empregados diretos migrarão para a terceirização nos próximos cinco anos, o que resultará numa drástica redução da massa salarial no período. Não é demais estimar que, em dez anos, o número de terceirizados venha a ultrapassar o de empregados diretos das empresas. [...]

Algumas lógicas perversas estão na gênese da terceirização. E a principal é tornar o custo fixo dos empregados em custo variável representado pelos empregados da prestadora. Como não há milagre nisso, esse custo variável se traduz em redução da despesa pela redução dos salários dos terceirizados, pelo aumento da jornada, precarização das condições de trabalho e pela transferência de responsabilidades de uma empresa para outra.

Sob o ponto de vista do futuro da nação, a terceirização é um retrocesso sem precedentes. Num País em que a criação de postos de trabalho está no centro das ações de governo, em que a geração de emprego é vital para as futuras gerações, todos sabemos que a terceirização não contribui com nada. Pelo contrário. A média de jornadas além das oito horas diárias é imensamente superior entre empregados terceirizados, o que implica em extinção de postos de trabalho que, em condições normais, seriam ocupados por novos trabalhadores contratados.

Diante de tudo isso, é preocupante a manifesta disposição do Congresso Nacional em regulamentar, a toque de caixa, a terceirização.

Mas o futuro da nação ficará seriamente comprometido e a presidente Dilma Rousseff manchará irremediavelmente a sua imagem, ingressando na história como a principal responsável pela brutal marcha à ré que esta regulamentação representará no nosso processo de avanço civilizatório. Pouco importará o País ter se alçado à sexta posição entre as maiores economias mundiais. A população empobrecerá e a participação do trabalho na renda nacional encolherá. Como nada é ainda definitivo, acreditamos que resta tempo para que o bom senso prevaleça.

Paulo Schmidt – Vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)

Sem portas giratórias, Bradesco vira alvo fácil de assaltos

Foto: Sec. de Imprensa – SEEB/CE



O Sindicato foi à agência da Av. Aguanambi, assaltada dia 24/1, e cobrou mais segurança (pág. 3)

- Secretaria de Saúde do Estado divulga lista de águas boas para o consumo. A lista inclui águas mineiras e águas adicionadas de sais (pág. 2)
- Muita emoção na abertura da VI edição da Copa dos Campeões de Futebol Soçaite dos Bancários. Os jogos aconteceram no Clube da Caixa, no último sábado, 28/1 (pág. 4)
- Brasil é o 30º país com maior carga tributária, mas que dá pouco retorno à população. Os números são do documento “Estudo sobre Carga Tributária/PIB x IDH” (pág. 5)
- Bancários aposentados comemoram seu dia em café da manhã no Sindicato. Apresentações artísticas e o Coral do Sindicato fizeram parte da festa (pág. 5)



Bancários do BNB querem criação de Fundo de Assistência à Saúde

Uma comissão constituída por representantes indicados pelo Sindicato dos Bancários, BNB e Camed para criação do Fundo deve ser reunir na terça-feira, 7/2, às 16h, na sede da Camed, para finalizar o questionário a ser aplicado aos associados do Plano Natural sobre a criação e destinação dos recursos do Fundo (pág. 6)

Saúde

Sesa divulga lista de águas minerais indicadas para consumo humano

No Ceará, há 46 empresas de águas minerais e de águas adicionadas de sais com registro no Ministério da Saúde e, após terem passado por um processo de coleta e análise no Laboratório Central de Saúde Pública do Estado (Lacen), estão de acordo com os padrões sanitários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e, portanto, indicadas para o consumo humano.

Com a divulgação da lista das águas, a Secretaria da Saúde do Estado (Sesa) quer que os consumidores tenham acesso a informação segura de qual água deve levar para casa e qual água não deve comprar. As águas e empresas que não aparecem na lista estão irregulares junto à vigilância sanitária da Coordenação de Promoção e Proteção à Saúde da Sesa.

Águas minerais naturais, segundo o Código de Águas do Brasil, no artigo 1º, “são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que confirmam uma ação medicamen-

VEJA A LISTA DAS ÁGUAS INDICADAS PARA O CONSUMO HUMANO	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE ÁGUAS MINERAIS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	
01. Litorágua	09. Naturágua
02. Acácia	10. Serra Grande
03. Límpida	11. Neblina
04. Pacoty	12. Acquality
05. São Geraldo	13. Orvalho da Serra
06. Serrabella	14. Castelo
07. Indaiá	15. Olympia
08. Adorágua	16. Cambará
RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE AGUAS ADICIONADAS DE SAIS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	
01. Clareza	16. Plurágua
02. Santa Sophia	17. Renágua
03. São Francisco	18. São Gonçalo
04. Bonágua	19. Santa Marta
05. Nossa Água	20. Fortalina
06. Hialina	21. Akiágua
07. Ouro Azul	22. Lipe
08. Fortágua	23. Quiágua
09. Ricca	24. Aquavi
10. Apodi	25. Cachoeira
11. Sagrada	26. Água Primavera
12. Clara	27. Pingo Azul
13. Iracema	28. São Mateus
14. Santiago	29. Pérola
15. Clarafina	30. Purazul

tosa”. O código destaca que as águas minerais naturais são classificadas segundo as características permanentes e ainda conforme as características inerentes às fontes. Já água purificada adicionada

de sais são preparadas artificialmente a partir de qualquer captação, tratamento e adicionada de sais de uso permitido, podendo ser gaseificada com dióxido de carbono de padrão alimentício.

DICA CULTURAL

Exposição “Não Mais Impossível”, no Centro Cultural Banco do Nordeste

Foto: Divulgação



Para quem gosta de andar e observar a cidade, uma ótima dica é visitar a exposição Não Mais Impossível. O projeto é dos artistas Fábio Tremonte (SP) e Lais Myrrha (MG/SP). São artistas que trabalham com diversas mídias como: instalações, desenho, vídeos, intervenções, objetos etc. Os dois trazem, em sua produção, uma forte característica da busca pelo encontro entre lugares, pessoas, símbolos, ações cotidianas ou não.

As obras reunidas propõem ações que os superam, assim como quebram com uma ideia de impos-

sibilidade. Essas impossibilidades são indicadas na dificuldade de desenhar, mensurar e registrar o tempo; acumular e reunir vestígios da cidade e sua rotina; dissolver espaços calculados e rígidos quando postos em relação com elementos e indivíduos externos a ele.

Serviço:

Artista: Fábio Tremonte (SP) e Lais Myrrha (MG/SP)

Curadoria: Cecília Bedê (CE/SP)

Abertura: 12, qui, 18h – 2º andar

Visitação: Até 12 de fevereiro de 2012



TRABALHO ESCRAVO

Supremo Tribunal Federal pode julgar ação da CNA contra lista suja

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar a qualquer momento, após o fim do recesso forense, uma ação da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) contra a lista suja do trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O relator do processo no Supremo, ministro Carlos Ayres Britto, liberou o caso para julgamento no fim de novembro.

O cadastro de empregadores flagrados explorando mão de obra análoga à de escravos foi criado em 2004 pelo MTE, para combater esse tipo de prática. Atualmente, 294 empresas e pessoas físicas estão incluídas na lista – um número recorde desde a sua criação. Entre os infratores estão madeireiras, grupos sucroalcooleiros, construtoras e empresários. Inserido no cadastro, o infrator fica impedido de obter empréstimos em bancos públicos e passa a sofrer uma série de restrições comerciais. Segundo o ministério, a lista tem sido uma forma importante de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Mas a medida desagradou a CNA. Na ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que tramita há quase oito anos, a entidade questiona a Portaria nº 540, editada em 15 de outubro de 2004 pelo Ministério do Trabalho, para criar o cadastro. Para a confederação, a portaria fere o artigo 22 da Constituição Federal,

segundo o qual a competência para legislar sobre direito do trabalho é exclusiva da União. O assunto demandaria a publicação de uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional, ao invés de uma portaria ministerial.

Ao defender a lista no STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) irá argumentar que a portaria simplesmente regulamenta questões definidas em lei. Portanto, não haveria violação às regras da Constituição. “A Portaria 540 não estabelece punição para os empregadores responsáveis por reduzir trabalhadores à condição análoga à de escravo, tampouco confere ao ministro de Estado do Trabalho e Emprego competência para julgar imotivadamente quem quer que seja”, diz a AGU. “Antes, limita-se a criar cadastro de empregadores faltosos”.

Outro argumento da CNA é de que a lista suja violaria a presunção da inocência, ao incluir nomes de pessoas sem que haja um processo judicial prévio. A inclusão do nome no cadastro é feita depois de concluído um processo administrativo referente ao processo de fiscalização conduzido por auditores do trabalho.

Diversas empresas entraram com ações na Justiça dizendo que seus nomes só poderiam ser divulgados nessa lista após uma decisão judicial definitiva. Os processos que correm na Justiça do Trabalho estão suspensos aguardando posicionamento do Supremo.

Diversas entidades pediram para serem incluídas na ação da CNA, para defender seus pontos de vista no STF. Uma delas é a Confederação Nacional do Comércio. As associações dos magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), dos procuradores da República (ANPR) e dos juízes federais do Brasil (Ajufe) defenderão a legalidade da portaria.

Um dos argumentos é que o cadastro não pode ser considerado ilegal porque não cria direitos nem obrigações – teria caráter meramente informativo. “A lista somente torna público o resultado decorrente de processo administrativo com decisão final, e esses processos não são sigilosos”, afirma o vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt.

A Conectas Direitos Humanos, que também entrou como parte interessada na ação, argumenta que não é necessária uma decisão judicial definitiva para incluir um nome na lista suja do trabalho escravo. “As pessoas não vão parar nesse cadastro arbitrariamente”, diz o advogado Oscar Vilhena, diretor da escola de direito da FGV em São Paulo, que atuou na defesa da Conectas. “E quando a Constituição diz que todos têm garantia à presunção da inocência, ela se limita ao processo penal. Mas essas pessoas não estão sendo punidas na esfera penal”.

ANIVERSÁRIO

Contraf-CUT completa seis anos construindo unidade e mobilização

A Contraf-CUT completou na quinta-feira, dia 26/1, seis anos de história com muitas lutas e conquistas para os trabalhadores do ramo financeiro. Uma história marcada pela construção da unidade nacional e da mobilização da categoria. A entidade, com sede no centro de São Paulo, foi fundada em 26 de janeiro de 2006, durante uma assembleia histórica realizada em Curitiba. Mas a história da Contraf-CUT começou muito antes disso.

As origens da confederação, que representa mais de 90% dos cerca de 480 mil bancários de todo País, se encontram na organização do Departamento Nacional de Bancários (DNB-CUT), a partir de 1985, quando aconteceu uma das maiores greves dos bancários no Brasil. Naquele ano, três sindicatos filiados à CUT (São Paulo, Porto Alegre e Londrina) formaram uma comissão que deu os primeiros passos.

Em 1992, foi aprovada a transformação do DNB em Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT). Ricardo Berzoini é eleito o primeiro presidente. Naquele ano, a entidade recém-criada assinou, junto com 120 sindicatos e sete federações, a primeira convenção coletiva nacional de trabalho, que completa 20 anos em 2012.

Muitas lutas e conquistas –

Ao longo desses seis anos, a Contraf-CUT fortaleceu a unidade nacional dos bancários e esteve à frente de todas as campanhas salariais, coordenando o Comando Nacional dos Bancários e consolidando a convenção coletiva nacional de trabalho, válida para funcionários de bancos públicos e privados de todo País. Com a força da mobilização, os bancários concretizaram sonhos e ampliaram conquistas. Em 2011, os trabalhadores arrancaram aumento real pelo oitavo ano consecutivo, elevação dos pisos e melhoria na participação dos lucros, além de importantes avanços sociais.

Referência mundial –

A Contraf-CUT é também referência internacional para os trabalhadores de todo mundo. É filiada à UNI Global Union, o sindicato mundial que representa cerca de dois milhões de trabalhadores da área de serviços. Carlos Cordeiro é o atual presidente da UNI Américas Finanças, que organiza os bancários do continente americano. Com a atuação decisiva da Contraf-CUT, foi assinado, em 2011, o primeiro acordo marco entre a UNI e o Banco do Brasil.

Sindicato realiza ato e cobra mais segurança em agência do Bradesco

Foto: Sec. de Imprensa – SEEB/CE



Na última quarta-feira, 25/1, o Sindicato dos Bancários do Ceará visitou a unidade do Bradesco da Av. Aguanambi e cobrou mais segurança nas unidades do banco. A entidade retardou o atendimento da agência em uma hora e denunciou à sociedade que a falta de portas giratórias facilita a ação de assaltantes.

Estiveram presentes na agência o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo Bezerra Marques, além dos diretores Plauto Macedo, Robério Ximenes, Carmem Amélia, José Eduardo, Luiz Roberto Felix (Bebeto)

e Bosco Mota. Eles estiveram reunidos com os funcionários do banco e protestaram na frente da unidade enquanto ela esteve fechada, até às 11h.

“Nós tivemos três ataques ao Bradesco em Fortaleza exatamente em agências onde não há portas giratórias, nem detectores de metais. Não é razoável que o setor econômico que mais lucra nesse País, não investir na proteção à vida, na melhoria do atendimento, na segurança”, afirmou Carlos Eduardo.

O funcionário do Bradesco e diretor do Sindicato, Robério

Ximenes, também manifestou a revolta dos trabalhadores. “O Bradesco que lucrou R\$ 10 bilhões até o terceiro semestre do ano passado, não quer gastar dinheiro para botar porta de segurança. Essa questão não é uma questão nova, não é uma questão que surgiu agora. O Sindicato dos Bancários está na defesa dos trabalhadores. Mas o egoísmo e a ganância dos banqueiros principalmente aqui do Bradesco, fazem com que eles não queiram proteger a vida dos clientes e dos trabalhadores”.

Sem portas giratórias, agências do Bradesco viram alvo constante de assaltos

O Bradesco é um exemplo de que nem sempre, simplesmente, cumprir o que diz a lei basta. De acordo com o plano de segurança bancária (Lei Federal 7102/83), para funcionar, uma agência deve apresentar pelo menos três itens de segurança: a presença de vigilantes armados, alarme eficiente e mais um desses itens – equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens; artefatos que retardem a ação dos criminosos, como: portas giratórias detectoras de metais e equipamento de retardo instalado na fechadura do cofre ou cabina blindada com vigilante. Acontece que, ao optar pela não colocação de portas giratórias, o banco expõe seus clientes, usuários e trabalhadores a um grau de insegurança enorme e tem virado alvo constante de assaltantes.

O último caso aconteceu na terça-feira, 24/1, na agência da Av. Aguanambi, em Fortaleza. Segundo a Polícia Militar, três homens entraram na unidade e levaram, além de aproximadamente R\$ 40,8 mil, as armas dos vigilantes e objetos de clientes.

A falta do equipamento é motivo de reclamação constante de clientes que se sentem vulneráveis dentro das unidades do Bradesco. Apenas as agências originadas do antigo BEC é que ainda possuem portas giratórias. Para o titular da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), delegado Romério Almeida, “de certa forma”

Ações contra bancos em 2012

4 de janeiro: Banco do Brasil de Solonópole e Banco Itaú da avenida Washington Soares (Fortaleza).

6 de janeiro: Banco do Brasil de Capistrano.

11 de janeiro: Banco do Brasil de Iruçuaba.

15 de janeiro: Banco do Brasil de Senador Sá.

17 de janeiro: Bradesco de Pedra Branca, no Sertão Central.

24 de janeiro: Bradesco da avenida Aguanambi, em Fortaleza.

a ação foi facilitada pela falta do equipamento.

Ainda em 2011 aconteceram dois outros assaltos semelhantes em unidades do Bradesco. No dia 8 de setembro, cinco homens invadiram a agência do bairro Vila Velha e levaram três malotes de dinheiro. Os assaltantes entraram na unidade tranquilamente, armados, permaneceram na fila disfarçados com roupas semelhantes às da Coelce e só ao final do expediente anunciaram o assalto. Já no dia 19 de dezembro o alvo foi a agência da Av. 13 de Maio, onde quatro homens armados entraram no banco, tomaram dinheiro dos caixas, clientes e ainda levaram as armas dos vigilantes. “Essas sucessivas ações tão semelhantes só demonstram a fragilidade das agências do Bradesco

quanto à segurança da população e dos bancários e vigilantes”, analisa Robério Ximenes, diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco.

“Isso facilita as ações dos assaltantes e mostra o descaso do banco com a segurança de trabalhadores, clientes e usuários. O Bradesco é um dos principais bancos privados do País e tem condições de investir mais na proteção à vida. Em nenhum momento o Bradesco descumpra a lei, mas a falta de um item tão importante quanto a porta giratória abre espaço para criminosos e expõe todos a um risco que poderia ser evitado”, reforça Carlos Eduardo Bezerra, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, enfatizando que a instalação de portas giratórias antes mesmo do autoatendimento é uma das bandeiras de luta dos bancários para reforçar a segurança nas unidades.

Janeiro com muitas ações

– Somente em 2012 já foram registradas sete ataques a bancos no Ceará, dois deles a unidades do Bradesco. Para comparar, em janeiro/2011 foram apenas duas ações. “Isso só mostra a fragilidade da segurança no nosso Estado. É preciso pedir providências ao poder público, mas os banqueiros também podem colaborar com a segurança da população e dos trabalhadores”, conclui Carlos Eduardo.

BB é condenado por negar abertura de conta-salário

A 4ª Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba manteve a decisão da 3ª Vara Cível de Campina Grande e condenou o Banco do Brasil a pagar indenização por danos morais a um rapaz no valor de R\$ 5,7 mil por ter negado a abertura de conta-salário.

No processo, o trabalhador relatou que o banco se recusou a abrir a conta-salário porque existia uma pendência em nome dele junto à instituição. Como havia sido selecionado por uma empresa e faltava apenas a comprovação da

abertura da conta para a conclusão da contratação, acabou perdendo o emprego.

Ao julgar o caso, a juíza Maria das Graças Moraes Guedes argumentou que “não há que se falar em perda da chance quando a parte não foi privada apenas de alcançar o emprego, mas do próprio trabalho, eis que já havia enfrentado com sucesso toda a fase de seleção, tendo se iniciado o próprio processo de contratação, no que se incluía a abertura de uma conta para recebimento de salário”.

Desemprego médio em 2011 fica em 6%

A taxa média de desocupação no ano passado ficou em 6%, contra 6,7% no ano anterior. O resultado foi o mais baixo para qualquer ano desde o início da atual série histórica, iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março de 2002.

O rendimento médio anual foi de R\$ 1.625,46, uma alta de 2,7% em comparação com 2010. Já a massa de rendimento médio real

habitual dos trabalhadores teve a média de R\$ 36,9 bilhões uma alta de 4,8% na comparação com 2010.

A média da população ocupada no ano passado foi de 22,5 milhões de pessoas, 2,1% maior que a de 2010, de 22 milhões. O total de trabalhadores com carteira assinada no setor privado fechou 2011 com a média de 10,9 milhões, representando 48,5% do total de ocupados, contra 46,3% no ano anterior.

CAFÉ E ALMOÇO GRÁTIS

Alimente-se de notícias



7h30 – Programa
Rádio Bancários
na FM 107,9
(Universitária FM)

12h – Programa Vida e Trabalho na TV Metrópole
Canal 26



Bradesco sofre condenação por monitorar conta

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou o Bradesco a uma indenização de R\$ 30 mil por danos morais a ex-empregada que teve sua conta bancária investigada pela instituição financeira durante uma auditoria interna.

Segundo o relator do recurso, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, a quebra de sigilo bancário só está autorizada nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 05/2001. A decisão do ministro foi seguida pela maioria dos ministros que integram a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1).

O ministro afirmou que a violação da garantia constitucional de proteção à intimidade e à vida privada das pessoas ocorre com o simples acesso à movimentação bancária dos correntistas por terceiros, independentemente da divulgação desses dados. Para o relator, a conduta da empresa extrapolou os limites de sua atuação profissional, sendo irrelevante o fato de não ter dado publicidade às informações obtidas, daí o dever de indenizar. Por fim, o ministro Carlos Alberto explicou que a configuração do dano moral na hipótese é objetiva e independe da comprovação de lesão ou sofrimento psíquico pela empregada.

Divergência – A conclusão foi

uma resposta aos argumentos do ministro Renato de Lacerda, que discordou do relator afirmando que o Banco Central autoriza o banco a acompanhar a movimentação de seus correntistas, sejam eles funcionários da instituição ou não. Já que não houve publicidade dos dados, o ministro não considerou a ação irregular.

A tese foi desconstruída pelo relator, que afirmou que o exame da movimentação bancária da empregada pelo empregador durante auditoria interna, mesmo que não tenha havido a divulgação dos dados, importa quebra de sigilo bancário ilegal e, por consequência, há dano moral passível de indenização. Para o relator, ainda que o banco tenha o dever legal de realizar fiscalização permanente, tendo em vista que é instituição financeira, existem limites para essa conduta no ordenamento jurídico.

O limite está, segundo o ministro Carlos Alberto, justamente na Carta Magna que garante proteção especial aos direitos fundamentais, em particular quando se trata de inviolabilidade à intimidade e à vida privada das pessoas. O relator observou ainda que a lei não pode ser desconsiderada em função da existência de regulamento do Banco Central.

VI Copa dos Campeões

Abertura do campeonato teve muita bola na rede

A VI edição da Copa dos Campeões de Futebol Soçaite dos Bancários começou da melhor forma possível: com muitos gols. Os jogos da rodada de abertura do campeonato aconteceram no Clube da Caixa, no último sábado, 28/1. Confira os resultados:

- Apcef 0 x 2 Bradesco
- Santander 1 x 3 Bradesco Empresas
- AABB 3 x 2 Bradesco Pólo



Apcef 0 x 2 Bradesco



Fotos: Drawlio Joca



Santander 1 x 3 Bradesco Empresas



AABB 3 x 2 Bradesco Pólo



Além das equipes que jogaram nesse sábado, ainda participa do torneio o time do BNB, totalizando sete equipes em busca do título.

A próxima rodada acontece no sábado, dia 4/2, no Clube da Caixa. Confira e venha torcer pelo seu time:

- 8h10 – AABB x Apcef
- 9h10 – Bradesco x Bradesco Empresas
- 10h20 – Safra x BNB

CAIXA

TST obriga banco a incorporar gratificação recebida por bancário durante 10 anos

Sentença proferida pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determina que a Caixa Econômica Federal incorpore ao salário de um empregado a função comissionada por ele recebida por mais de 10 anos. O benefício havia sido retirado pela empresa sob o argumento de que, durante o período de 1990 a 2000, o bancário esteve afastado para exercer cargo de dirigente sindical.

A decisão teve por base a Súmula nº 372, item I, do próprio TST, que assegura ao empregado a gratificação com parâmetro no princípio da estabilidade financeira.

Na Caixa desde 1984, o bancário, entre agosto de 1989 e outubro de 1990, exerceu a função de supervisor, até licenciar-se para assumir cargo de direção sindical por seis mandatos consecutivos, entre novembro de

1990 e junho de 2000. Ocorre que o banco, por força de acordo coletivo de trabalho, continuou a pagar a gratificação que o funcionário recebia como supervisor durante todo esse período, mas a retirou quando ele retornou à atividade bancária.

A perda da gratificação levou o empregado a ajuizar ação reivindicando a incorporação da verba, pedido negado pela empresa. O recurso do bancário foi aceito pela Primeira Turma do TST. Nesse sentido, o Tribunal considerou que, embora não tenha exercido a função de supervisor por mais de 10 anos, o bancário recebeu o valor da gratificação, entre 1989 e 1990, pelo efetivo exercício da função de confiança, continuando a recebê-la por ocasião do afastamento – quando estava exercendo o cargo de dirigente sindical, totalizando mais de 10 anos de percepção.

Visite nosso blog

Diálogos Políticos

Bancários do Ceará em Blog


<http://dialogospoliticos.wordpress.com>

FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO

Sustentabilidade é questão de vida ou morte, define Leonardo Boff

“Colocar em prática a sustentabilidade é uma questão de vida ou morte diante de um cenário que coloca em risco toda a civilização. Penso que o grande legado desta crise será a discussão de ideias de que planeta nós queremos”, falou o teólogo Leonardo Boff na conferência Rumo à Rio+20 dos povos que debateu os desafios das grandes questões urbanas na Mesa Cidades Sustentáveis na quarta-feira (25/1) no Fórum Social Temático (FST) 2012, em Porto Alegre.

Boff defendeu que a noção de sustentabilidade deve ser compreendida como um substantivo e não como um adjetivo. “Asustentabilidade é comumente entendida apenas como um adjetivo, colocada como etiqueta em um produto. Isso não é sustentabilidade. A verdadeira sustentabilidade é um substantivo. Ela implica em um novo olhar, um novo paradigma. A falsa sustentabilidade não vê a devastação da natureza e a contradição com a injustiça social, além de legitimar o modelo que está aí para não alterar nada”, definiu Boff.

A mesa foi coordenada por Oded Grajew e também contou com a participação de Frei Beto, Marina Silva, Ladislav Dowbor e Jorge Abrahão.

O escritor Frei Betto comparou as implicações da Conferência Eco 92, que estabeleceu diversas diretrizes ambientais, ao evento Rio+20 que será realizado no Rio de Janeiro de 20 a 22 de junho. “Ainda que não seja uma conferência de Estado como foi a Eco 92 que congregou um número vasto de chefes de estado ao lado das figuras mais importantes do movimento ambiental, eu espero que na Rio+20 haja uma grande participação da sociedade civil, movimentos ambientais e que a gente consiga transformar o Rio de Janeiro numa grande caixa de ressonância”, comentou Betto.

O economista e professor Ladislav Dowbor destacou que movimentos sustentáveis não podem ser consolidados sem organizar outras

formas de sociedade e criticou a irracionalidade da mobilidade urbana em São Paulo para demonstrar que este modelo deve ser repensado.

“São Paulo tem tantos carros que a estimativa de velocidade é de 14km/h. Isto não faz sentido, paralisar com o excesso de meios de transportes. Temos que pensar a cidade como um todo, organizar o processo decisório do uso de recursos. Lutar por uma cidade que a gente viva de uma forma mais decente”, avaliou o pesquisador.

Oded Grajew, que mediu o debate e faz parte do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, pontuou que este é momento chave de mudança no modelo de desenvolvimento e que a crise se desenvolve em diferentes dimensões: ética, ambiental e financeira. Ele também falou como vai funcionar a sistemática dos políticos que aderirem ao Documento Cidades Sustentáveis. “Cada item da agenda é associado a um indicador para estabelecer metas, por exemplo, economia de água. Para monitorar a ação de políticos, faremos um esquema de prestação de contas para o caso de candidatos que possam assinar o documento e não cumprir”, explicou. Segundo ele, diferentes partidos e candidatos nas eleições municipais já se comprometeram com a agenda de sustentabilidade urbana.

FST – O Fórum Social Temático (FST) se inscreve no processo do Fórum Social Mundial e foi uma etapa preparatória à Cúpula dos Povos na Rio+20. O evento aconteceu de 24 a 29/1, em Porto Alegre e cidades da região Metropolitana – Gravataí, Canoas, São Leopoldo, e Novo Hamburgo. Como um espaço aberto e plural, a programação do Fórum foi fundamentalmente constituída por atividades propostas e geridas por movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil, relacionadas ao tema “Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental”.

Café da manhã no Sindicato comemora a data com reflexão e descontração

Fotos: Drawllo Joca



O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na última terça-feira, 24/1, um café da manhã para comemorar o Dia do Aposentado. Com participação massiva da categoria, o dia foi de reflexão e de descontração.

O secretário de Aposentados, Océlio Silveira, destacou que hoje no País existem cerca de 30 milhões de aposentados e pensionistas com um poder aquisitivo cada vez mais defasado. “Para mudar esse quadro só existe uma saída: mobilização. É preciso que o aposentado se junte às suas associações e vista a camisa da

luta pela valorização do seu salário”, disse. Ele ressaltou ainda que a política de valorização do salário mínimo do governo federal é muito importante, mas não se pode esquecer dos aposentados, que trabalharam a vida inteira pela construção de um país mais justo. “O fator previdenciário tem sido um verdadeiro vilão, pois muitos trabalhadores se aposentam, mas não têm condições de deixar o emprego porque o salário não condiz com seu padrão de vida e muitos acabam ficando na ativa por conta dessa defasagem salarial”, analisa.

Durante o evento, os aposenta-

dos puderam ainda expressar sua arte e declamaram cordéis e fizeram apresentações humorísticas. O Coral do Sindicato também brindou a todos com uma apresentação.

“É preciso debater sempre a vida pós-laboral e o Sindicato tem um papel importante nesse sentido. Agora é fundamental atentar para a atualização dos dados na entidade para que seja feita a mobilização e para que possamos ter a participação de todos os aposentados nas mobilizações do SEEB/CE”, finalizou o presidente da entidade, Carlos Eduardo Bezerra.

No Dia do Aposentado, CUT quer valorização permanente das aposentadorias

Infelizmente, neste Dia Nacional do Aposentado falta uma boa notícia que pudesse dar novo significado e alegria à data. Os brasileiros e brasileiras que ganham aposentadorias acima de um salário mínimo não terão aumento acima da inflação neste ano e, pior, não conquistamos ainda uma política permanente de valorização das aposentadorias e pensões.

Nada de desânimo, entretanto. ACUT continua empenhada e pressiona governo e congresso nacional para modificar essa situação.

A proposta que defendemos para recuperar o poder de compra das aposentadorias acima de um salário mínimo – aproximadamente 34% de todo o universo de aposentados no Brasil – tem como referência a política de valorização permanente do salário mínimo que está em vigor desde o final de 2006 e que vem sendo um dos principais instrumentos de distribuição de renda e de dinamização da economia.

Queremos estabelecer um processo em que as aposentadorias acima do mínimo sejam atualizadas todo o ano com base na soma de dois elementos: a inflação do período mais um percentual do crescimento do PIB. Assim, como ocorre com o salário mínimo, o crescimento da economia será repartido com as aposentadorias e pensões e permitirá aumentos reais.

Na outra ponta da valorização das aposentadorias e pensões, a CUT defende a criação de uma política que garanta acesso a todos os idosos, em qualquer ponto do Brasil, de serviços essenciais como medicamentos, assistência médica, transporte e lazer. A elaboração dessa política deve ser, em nosso entendimento, negociada entre as centrais, as entidades representativas dos aposentados e o governo federal.

Acreditamos que essas duas propostas, combinadas entre si e transformadas em lei que lhes dê permanência, superam com muito mais vantagens a proposta de um aumento

pontual, limitado a um único ano, como apressadamente algumas entidades defenderam meses atrás. Não há uma única oportunidade em que nos encontramos com representantes do governo ou do congresso que nós não cobramos uma nova atitude para com as aposentadorias acima de um salário mínimo. Nas manifestações e atos políticos que vamos realizar durante este ano, com certeza incluiremos essa reivindicação em nossa pauta.

Você pode nos ajudar enviando mensagem para os parlamentares em que votou. Os endereços podem ser encontrados em <http://www2.camara.gov.br> e <http://www.senado.gov.br> e para o Ministério da Fazenda, o principal responsável pelos cofres do governo. Os telefones e o endereço de email podem ser encontrados em www.fazenda.gov.br.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

SERVIÇOS

Entre 30 países com maior carga tributária do mundo, Brasil dá menor retorno à população

Estudo realizado com 30 países do mundo com maior carga tributária mostra que o Brasil apresenta o pior desempenho em retorno de serviços públicos à população. A arrecadação de impostos no País atingiu a marca de R\$ 1,5 trilhão em 2011 e ultrapassou o patamar de 35,13% em relação ao PIB. Os números são do documento “Estudo sobre Carga Tributária/PIB x IDH”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Entre os 30 países, a Austrália apresenta o melhor desempenho em termos de retorno à população dos impostos pagos.

O ranking foi feito com base no Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (Irbes), criado pelo instituto como resultado de cálculo que leva em conta a carga tributária segundo a tabela da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2010 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a previsão do índice final para 2011. Quanto maior o valor do IRBES, melhor é o retorno da arrecadação dos tributos para a população.

Confira o ranking:

COLOCAÇÃO	PAÍS	CARGA TRIBUTÁRIA	IDH	IRBES
1º	Austrália	25,9%	0,929	164,18
2º	Estados Unidos	24,80%	0,910	163,83
3º	Coréia do Sul	25,1%	0,897	162,38
4º	Japão	26,9%	0,901	160,65
5º	Irlanda	28%	0,908	159,98
6º	Suíça	29,8%	0,903	157,49
7º	Canadá	31%	0,908	156,53
8º	Nova Zelândia	31,3%	0,908	156,19
9º	Grécia	30%	0,861	153,69
10º	Eslováquia	28,4%	0,834	153,23
11º	Israel	32,4%	0,888	153,22
12º	Espanha	31,70%	0,878	153,18
13º	Uruguai	27,18%	0,783	150,30
14º	Alemanha	36,7%	0,905	149,72
15º	Islândia	36,3%	0,898	149,59
16º	Argentina	29%	0,797	149,40
17º	República Tcheca	34,9%	0,865	148,39
18º	Reino Unido	36%	0,863	146,96
19º	Eslovênia	37,7%	0,884	146,79
20º	Luxemburgo	36,7%	0,867	146,49
21º	Noruega	42,8%	0,943	145,94
22º	Áustria	42%	0,885	141,93
23º	Finlândia	42,1%	0,882	141,56
24º	Suécia	44,08%	0,904	141,15
25º	Dinamarca	44,06%	0,895	140,41
26º	França	43,15%	0,884	140,52
27º	Hungria	38,25%	0,816	140,37
28º	Bélgica	43,8%	0,886	139,94
29º	Itália	43%	0,874	139,84
30º	Brasil	35,13%	0,718	135,83

ITAÚ

Justiça manda banco indenizar vítima de estelionato

O Itaú foi condenado pela 20ª Vara Cível de Fortaleza a pagar indenização de R\$ 20 mil a um motorista vítima de estelionato. O banco abriu uma conta em nome do trabalhador depois de ele registrar ocorrência de perda de documentos.

De acordo com o processo, em setembro de 2003, o motorista comunicou a perda em um distrito policial em Fortaleza e, 17 meses depois, ele passou a receber cobranças de suposta emissão de cheques sem fundos junto ao Itaú, em São Paulo, no valor de R\$ 900,00.

A vítima alegou para a Justiça jamais ter solicitado abertura da

conta corrente no banco e que nunca havia estado na capital paulista. Além das cobranças indevidas, teve ainda o nome inserido em cadastro de proteção ao crédito.

Ao julgar o caso, a juíza Maria de Fátima Pereira Jayne afirmou que, além de o Itaú não ter conseguido apresentar cópias do contrato firmado entre a instituição e o motorista, o banco também não comprovou que o fato se deu exclusivamente por culpa de terceiros. Por conta disso, a magistrada declarou não existir relação jurídica entre as partes e determinou o pagamento da indenização moral.

**Sindicato cobra
criação de fundo pelo
BNB para custear
despesas com saúde**



Comissão constituída por representantes indicados pelo Sindicato dos Bancários do Ceará, BNB e Camed com o objetivo de formular consulta aos associados do plano Natural sobre a criação e a destinação dos recursos de Fundo de Assistência à Saúde (FAS) vai se reunir pela segunda vez no próximo dia 7/2 (terça-feira), às 16h, na sede da Camed, para finalizar o questionário a ser aplicado na pesquisa.

A iniciativa é fruto de reivindicação do SEEB/CE e Contraf-CUT e consta da pauta da mesa permanente de negociação com o Banco. Há consenso entre as partes da necessidade de se ter um fundo especial de recursos que venha a ser utilizado em benefício dos associados dos planos Natural e Família da Camed, contribuindo para aliviar o custo da manutenção desses planos de saúde para os funcionários.

Em qualquer situação, o SEEB/CE compreende que ao BNB deverá caber

parcela maior de responsabilidade financeira na constituição desse fundo. O funcionário da ativa, se aceitar contribuir, deverá ser com recursos inferiores aos do Banco e a partir apenas de remunerações variáveis ou receitas extraordinárias, quando essas ocorrerem. Quanto ao associado aposentado, a consulta também servirá para auscultar sobre de onde poderiam advir as suas contribuições para o Fundo.

A consulta vai tentar esgotar todas as possibilidades em relação a contribuições e destinação dos recursos angariados. Estarão em aberto discussões sobre o custeio de eventos de elevada monta não cobertos atualmente pela Camed, despesas com aquisição de medicamentos e óculos, cobertura de plano odontológico e até mesmo o fim ou a redução da taxa de co-participação financeira que tanto onera os associados.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Sindicato realiza reuniões nas agências Aldeota e Maracanaú

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizou nos últimos dias 20 e 27/1, respectivamente, reuniões nas agências do BNB Aldeota e Maracanaú. As visitas obedecem a calendário que visa o debate com o funcionalismo sobre as reivindicações da pauta específica aprovada em Congresso e discutida com o Banco na mesa permanente de negociação.

Nas reuniões foram abordadas questões relacionadas com jornada de trabalho, gratificação de caixa, defasagem do sistema de computação do Banco, falta de transparência no processo de comissionamentos, lotação de pessoal insuficiente, dentre outras. Na ocasião também foram cobradas respostas às demandas sobre ponto eletrônico, revisão do PCR, licença-prêmio para os novos funcionários e passivos trabalhistas.

As visitas acontecem também em agências do interior do Estado e brevemente serão

retomadas nas unidades da Direção Geral.

Sobre as cobranças realizadas pelo funcionalismo, o SEEB/CE informa que está acompanhando a implantação do ponto eletrônico e cobrando celeridade na revisão do PCR.

Quanto à isonomia, continua sendo pauta de primeira ordem na mesa de negociação, apesar das sucessivas negativas do Banco, alegando tratar-se de assunto que envolve uma decisão geral de Governo para todas as estatais.

Os passivos trabalhistas das folgas e equiparação estão avançando na Justiça e o SEEB/CE continua cobrando do Banco novas propostas que possam viabilizar acordos dignos e decentes para o funcionalismo. A gratificação de perda de caixa e a transparência nos comissionamentos estão também agendados para a próxima reunião mensal de negociação.

Fotos: Drawlio Joca



Escola Pública

11 milhões de estudantes de escolas públicas vão ter suas condições de saúde avaliadas por profissionais do setor a partir de março. Os profissionais estarão em 50 mil escolas de 2 mil municípios do País. A presidenta Dilma Rousseff afirmou que um problema de saúde quando não identificado pode atrapalhar o rendimento escolar. Dilma disse que o governo vai promover um combate à obesidade infantil.

Vacina

Mudanças no calendário de vacinação infantil a partir do 2º semestre de 2012. A ideia é enxugar o calendário vacinal para abrir espaço para a inclusão de novas vacinas. Na lista para serem oferecidas estão as imunizações contra catapora (varicela), hepatite A e HPV. A primeira mudança é na imunização contra a polio, que passará a ter um esquema combinado entre a forma atual, em gotas, com a nova, injetável. A outra mudança é a inclusão da chamada vacina "pentavalente", que vai reunir duas vacinas dadas hoje separadamente: a tetravalente (difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções pelo *Haemophilus influenza* tipo b) e a vacina contra a hepatite B.

***“É essa
esperança que
nos une e nos
mobiliza para
a Rio+20 e que
deve sempre nos
guiar na busca
de um novo modo
de vida, inclusivo
e sustentável,
sabendo que
o papel da
sociedade
civil será
determinante
para o êxito da
conferência”***

Presidente Dilma Rousseff,
ao comentar sobre
sustentabilidade no Fórum
Social Temático, em Porto
Alegre

Falso e-mail

O Detran-CE alertou, por meio do assessor de comunicação do órgão, Paulo Ernesto, para a existência de um e-mail falso que circula a Internet, sugerindo novas regras para renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O falso e-mail fala da existência de um suposto prazo máximo de 30 dias para a renovação do documento após o vencimento. Caso não fosse renovada, a carteira seria cancelada automaticamente e o condutor submetido a todo o processo necessário – incluindo taxas e exames – para obter novamente a carteira. Segundo Paulo Ernesto, o condutor pode renovar a CNH a qualquer tempo – sem pagamento de multa – mediante apresentação de documentos e pagamento da taxa de renovação, que é de R\$ 107,76.

Ar condicionado

O vereador Vitor Valim (PMDB) apresentou projeto de lei para instalar ar condicionado nos ônibus que circulam em Fortaleza. A proposta obriga as empresas de ônibus, microônibus e similares a instalarem a aparelhagem nos novos veículos que forem adquiridos para aumento de frota ou renovação. O projeto estabelece, contudo, que não pode haver aumento de tarifa com essa justificativa.

Em caso de descumprimento, o infrator poderá ser multado em até R\$ 30 mil, em caso de reincidência, e ter a concessão para explorar o serviço de transporte suspensa. O projeto de lei 306/11 encontra-se na Comissão de Legislação, Justiça e da Cidadania da Câmara Municipal.

Malá Direta
Postal

9912180326-DR/CE
SIND. DOS BANCÁRIOS

-----CORREIOS-----

DEVOLOUÇÃO
GARANTIDA

-----CORREIOS-----

DATA: _____		RUBRICA: _____	
<input type="checkbox"/>	POSTAL EM	<input type="checkbox"/>	REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/>	PORTADOR OU SÍNDICO	<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/>	OUTROS	<input type="checkbox"/>	NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	AUSENTE	<input type="checkbox"/>	RECURSADO
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/>	FALECIDO
<input type="checkbox"/>	NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/>	ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	MUDOU-SE		